

Nº 1

Em tramitação na Câmara, o Deputado Fleury, então relator da matéria na Comissão de Segurança Pública, teve seu substitutivo aprovado pela Comissão em que

(4-1)

enrijecia ainda mais os critérios estabelecidos pelo PL 6.793, de 2006.

Referido texto foi rejeitado na Comissão de Constituição e Justiça, nos termos do relatório do Deputado Greenhaugh. Em seu voto, o relator argumenta que os parâmetros sugeridos pelo Dep. Fleury são altos demais a ponto de desrespeitar, por via oblíqua, a decisão do STF.

Desta forma, o substitutivo não será apreciado pelo Plenário mas, tão-somente, o Projeto inicial.

Tendo em vista que existe um clima de indignação da sociedade quanto à segurança pública, culminado pelos recentes acontecimentos que levaram à morte uma criança de 6 anos, arrastada pelo carro dos assaltantes em fuga, no Rio de Janeiro. Muitos parlamentares cederão a este clamor como resposta aos seus eleitores.

Por outro lado, há uma corrente que defende que não há que se promover o enrijecimento da legislação penal no calor da emoção, sem o devido sopesamento das verdadeiras causas da violência urbana.

Sendo assim, apresentamos uma emenda com parâmetros intermediários que atenda, tanto àqueles que pretendem a resposta à violência por meio do enrijecimento legal, sem o desrespeito à decisão do STF, eis que o regime de progressão da pena estará garantido, tanto para os criminosos primários, como para os reincidentes.

Isto posto, pedimos aos pares o apoio na aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, 14 de fevereiro de 2007.

Deputado MOREIRA MENDES  
PPS/RO

DEP. FERNANDO CORREIA PPS

DR. DUTRA LORENZONI  
PFL

VICE-LÍDER PSDB  
Vanderlei Macris